



Decorrentes de Decisão Judicial	1.481.523,79	0,00	1.481.523,79
Despesas de Exercícios Anteriores	5.361.901,83	804.881,38	6.166.783,21
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	142.011.791,29	6.443,39	142.018.234,68
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	944.725.865,62	4.470.670,46	949.196.536,08
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			730.531.081.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,129320%	0,000612%	0,129932%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,228829%		1.671.666.967,34
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,217388%		1.588.083.618,97
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,205946%		1.504.500.270,61

FONTE: TESOUREIRO GERENCIAL

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Limites Legal (Máximo) e Prudencial definidos pela Resolução nº 250/2013 do Conselho da Justiça Federal.

Na coluna de Restos a Pagar Não Processados inscritos em 31/12/2016, foram excluídos os valores cancelados de R\$ 427.648,67 e R\$ 5.027,85, respectivamente, referente a Pessoal Ativo e Pessoal Inativo e Pensionistas.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 5ª REGIÃO  
CONSOLIDAÇÃO DA REPUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
ITEM 9.4 DO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO \1

DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	PERÍODO													
	2ºQ/2015		3ºQ/2015		1ºQ/2016		2ºQ/2016		3ºQ/2016		1ºQ/2017		2ºQ/2017	
		944.022.750,93	135.817.172,84	965.316.375,51	125.820.964,21	973.192.392,62	120.591.224,28	982.137.325,65	128.284.330,82	1.024.347.200,19	140.458.737,09	1.064.666.262,49	147.284.172,43	1.099.107.886,35
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	808.205.578,09		839.495.411,30		852.601.168,34		853.852.994,83		883.888.463,10		917.382.090,06		949.196.536,08	
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>														
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	656.857.642,623		674.522.742,050		700.438.647,763		695.041.041,696		722.474.299,182		718.531.431,019		730.531.081,000	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100	0,123041%		0,124458%		0,121724%		0,122849%		0,122342%		0,127675%		0,129932%	
LIMITE MÁXIMO <%>	LRF, art. 20, incisos I, II e III													
\3	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \4:	Proc. Adm. SI-GED nº 2001160727\7	0,167829%	0,167829%	0,167829%	0,167829%	0,167829%	0,167829%	0,167829%	0,167829%	0,167829%	0,167829%	0,167829%
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \4:	Resolução CJF Nº 184/2012\7	0,229255%	0,229255%	0,229255%	0,229255%	0,229255%	0,229255%	0,229255%	0,229255%	0,229255%	0,229255%	0,229255%
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \4:	Resolução CJF Nº 250/2013\7	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%	0,228829%
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CS-JT/2015 \2													

\1 Publicado por determinação do Acórdão 553/2017-TCU-Plenário, item 9.4.

\2 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

\3 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\4 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\5 RCL do 2º quadrimestre de 2015 - Portaria 509, de 15 de setembro de 2015; RCL do 3º quadrimestre de 2015 - Portaria 20, de 18 de janeiro de 2016; RCL do 1º quadrimestre de 2016 - Portaria 301, de 18 de maio de 2016; RCL do 2º quadrimestre de 2016 - Portaria 559, de 19 de setembro de 2016; RCL do 3º quadrimestre de 2016 - Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; RCL do 1º quadrimestre de 2017 - Portaria 416, de 18 de maio de 2017.

\6 A Portaria 494, de 6 de junho de 2017, retificou o demonstrativo da Receita Corrente Líquida do 3º quadrimestre de 2016 constante da Portaria 37, de 19 de janeiro de 2017; o valor retificado da RCL é de R\$ 709.929.575 mil; no entanto, para manter a coerência com os Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016, que foram publicados em janeiro de 2017, optou-se por considerar no demonstrativo o valor não retificado.

\7 Os percentuais utilizados referem-se ao limite legal estabelecido nos respectivos atos decorrentes.

\8 As Unidades Gestoras da Justiça Federal de 1º Grau da 5ª Região (UG's 090006, 090007, 090008, 090009, 090010 e 090011) estão inclusas no percentual atribuído ao TRF da 5ª Região (UG 090031), consoante dispõe o § 1º do Art. 1º da Resolução CJF Nº 250/2013.

\9 O Tribunal Regional Federal da 5ª Região só passou a elaborar e publicar o RGF a partir do período de apuração relativo ao 3º quadrimestre de 2011, inclusive, conforme determinado no § 2º do Art. 1º da Resolução CJF Nº 184/2012.

MANOEL DE OLIVEIRA ERHARDT  
Presidente do Tribunal

SEBASTIÃO MARCOS CAMPELO  
Diretor da Subsecretaria de Orçamento e Finanças

SÍDIA MARIA PORTO LIMA  
Diretora da Subsecretaria de Controle Interno

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

### PORTARIA Nº 518, DE 27 DE SETEMBRO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo a presente Portaria (documento SEI 0296804, do procedimento 0008106-51.2017.6.02.8000), relativo ao 2º Quadrimestre do exercício 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JOSÉ CARLOS MALTA MARQUES

#### ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
SETEMBRO/2016 A AGOSTO/2017			
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA Nota 1		
	Últimos 12 Meses		
	LIQUIDADAS (a)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
		Nota 2	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) Nota 3	90.468.835,71	353.495,15	
Pessoal Ativo	81.107.633,15	353.495,15	
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.361.202,56	-	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			